

HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE PAULO FREIRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PRÁTICA DE EDUCAÇÃO LIBERADORA PARA UM DESENVOLVIMENTO MAIS SUSTENTÁVEL

TRIBUTE TO PAULO FREIRE'S CENTENARY UNIVERSITY EXTENSION AS A PRACTICE OF LIBERATING EDUCATION FOR MORE SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Maria da Vitoria Costa e Silva **1**

Italo Schelive Correia **2**

João Aparecido Bazzoli **3**

Resumo: Este artigo objetivou examinar se a proposta de extensão da Universidade Federal do Tocantins, denominada curso "Assessores Populares em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)", tem compatibilidade com os modelos de educação como prática da liberdade e a pedagogia da autonomia defendidos pelo professor Paulo Freire, em homenagem ao seu centenário. A metodologia com abordagem qualitativa amparou-se no método hipotético-dedutivo, na pesquisa-ação e no método comparativo. O resultado evidenciou o papel da extensão universitária como ferramenta efetiva da educação democrática e libertadora na aceleração da implementação da Agenda 2030, com a formação de agentes multiplicadores. A conclusão foi de que essa ação de extensão da UFT tem estreita conexão com a proposta defendida por Freire por consistir num instrumento por meio do qual educando e educador trabalham juntos a partir da vivência do educando, da escuta e do diálogo criativo, que oportunizam novos saberes para a solução dos problemas locais.

Palavras-chave: Extensão da Universidade. Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Institucionalização da Agenda 2030. Participação social.

Abstract: This article aimed to analyze whether the proposed extension of the Tocantins Federal University, called the course "Popular Advisors on Sustainable Development Goals (SDGs)", is compatible with the education models as a freedom practice and an autonomy pedagogy defended by Professor Paulo Freire, in honor of his centenary. The methodology with a qualitative approach was supported by the hypothetical-deductive method, the action research, and the comparative method. The result highlighted the university extension role as an effective tool for democratic and liberating education to accelerate the 2030 Agenda implementation, with the multiplying agent training. The conclusion was that this University extension's action has a close connection with the proposal defended by Freire, as it is an instrument through which the student and the educator work together based on the student's experience, on listening, and on creative dialogue, providing new knowledge for solving local problems.

Keywords: Institutionalization of the Agenda. 2030 Social participation. Sustainable Development Goals' implementation. University Extension.

- 1** Graduada em Direito (UNRIG), Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT), Doutoranda em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/10364483133337673351>, <https://orcid.org/0000-0002-1753-3351>. E-mail: costavitoria@uft.edu.br e/ou mavitcs@gmail.com
- 2** Doutorando em Desenvolvimento Regional pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2679493489646247>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7858-4531>. E-mail: italo.schelive@uft.edu.br
- 3** Professor associado na Universidade Federal do Tocantins (UFT) no Curso de Direito. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UFT). Mestre pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Doutor pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Pós-doutoramento pela Universidade de Lisboa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4167300930863457>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7123-2023>. E-mail: jbazzoli@mail.uft.edu.br

Introdução

Nos cenários de crises, ou seja, em tempos de transição (elo entre uma época que se esvazia e uma nova que vai surgindo), quando ocorre o esvaziamento e começa a perder a significação de certos temas, novos discursos emergem se contrapondo às práticas hegemônicas que falharam ou estão prestes a sucumbir. Nestes momentos, repita-se, mais do que nunca, faz-se indispensável a integração do homem, ou seja, sua capacidade de apreender o mistério das mudanças e reinventar-se para não se transformar no “rinoceronte de Ionesco”¹ (FREIRE, 1967, p.45).

Não obstante, o que se percebe no dia a dia “em qualquer dos mundos em que o mundo se divide, é o homem simples esmagado, diminuído e acomodado, convertido em espectador, dirigido pelo poder dos mitos que forças sociais poderosas criam para ele” (FREIRE, 1967, p.44). Mitos de que é preciso desregular, desconstitucionalizar, diminuir o papel do Estado e aumentar as produções econômicas, pois o consumo é importante para a economia.

Assim, o homem, em especial os grupos excluídos das políticas sociais básicas à vida como educação, emprego, saúde, transportes, lazer e outros serviços públicos que proporcionem bem-estar, fica tragicamente assustado, temendo o “medo da liberdade”, da “convivência autêntica” e da capacidade de também mudar o meio onde vive e de usufruir de direitos fundamentais e sociais, básicos à vida com dignidade. (FREIRE, 1967, p.44).

Diante desse contexto, em homenagem à memória e ao centenário do professor Paulo Freire, comemorado em 19 de setembro 2021, considerando a relevância da sua teoria epistemológica para a aprendizagem, que enaltece o processo educacional a partir das vivências e dos saberes locais dos atores sociais que possibilitam a autonomia pedagógica e a educação como liberdade (FREIRE, 1967, 1969), este artigo objetiva examinar se a proposta de extensão em andamento na Universidade Federal do Tocantins, sob a responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT), organizada por acadêmicos da disciplina Seminários Interdisciplinares em Desenvolvimento Regional (I e II), denominada curso “Assessores Populares em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, tem compatibilidade com as teorias do Patrono da Educação brasileira²: a Educação como Prática da Liberdade (FREIRE, 1967) e a Pedagogia da Autonomia (FREIRE, 1969).

Nestes termos, a questão norteadora central deste estudo repousa na seguinte indagação:

A extensão universitária, por meio da ação “Assessores Populares em ODS”, tem consonância com o método de ensino aprendizagem do professor Paulo Freire, que propicia a educação como exercício contínuo para a liberdade e a pedagogia como processo de autonomia do educando?

Empiricamente a compreensão é de que a prática de extensão denominada “Assessores Populares em ODS” da UFT, que busca formar assessores populares para atuar como multiplicadores na disseminação de mecanismos para a implantação da Agenda 2030, representa um modelo de prática formativa na dimensão proposta pelo professor Paulo Freire, que propicia a educação libertadora e a pedagogia da autonomia tendo como base a escuta, o diálogo e as vivências locais dos educandos.

Nesse aspecto, este artigo foi dividido em quatro partes: esta introdução; os materiais e métodos, que dizem respeito ao percurso metodológico que serviu de orientação para a estrutura deste artigo; os resultados e as discussões, que fazem um comparativo da prática extensiva aplicada pela Universidade Federal do Tocantins, voltada à formação de multiplicadores em Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com as obras de Paulo Freire que tratam da educação como prática da liberdade e a pedagogia como prática da autonomia; e as considerações finais, que, além de destacarem as vantagens dessa prática extensiva da Universidade federal do Tocantins (UFT), destacam sua consonância com as práticas formativas de Freire (1967, 1969).

1 O livro O Rinoceronte trata de uma peça teatral de autoria do dramaturgo romeno Eugène Ionesco. Esse livro foi escrito em 1959 e publicado em 1960. Em síntese, o livro faz uma crítica às histerias e epidemias coletivas que se deixam levar por falsas ideologias hegemônicas.

2 A Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012, declarou o professor Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira.

Materiais e Métodos

A metodologia, com abordagem qualitativa, ampara-se no método hipotético-dedutivo, na pesquisa-ação e no método comparativo.

Para Thiollent (2011, p.20-21), a pesquisa-ação é feita em estreita associação com uma ação em que os próprios pesquisadores estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo, ou seja, “a pesquisa-ação é uma estratégia metodológica da pesquisa social”, pautada numa ampla e explícita interação entre pesquisadores, com o objetivo de resolver ou, pelo menos, esclarecer os problemas da situação observada, pretendendo aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o “nível de consciência” das pessoas e grupos envolvidos na ação, visando a otimizar seu percurso e aplicação.

Assim, considerando a pesquisa-ação, examina-se o processo de construção do “Curso Assessores Populares em ODS”, que é mais uma atividade de extensão universitária da UFT, sob a responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT), organizada por acadêmicos da disciplina Seminários Interdisciplinares em Desenvolvimento Regional (I e II). Em 2021 e 2022 contou com parcerias da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e a Rede ODS Brasil, com apoio institucional do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU).

Esse curso foi projetado para ser desenvolvido em três módulos, de forma síncrona e assíncrona, com carga horária de 30h, cujas atividades estão em execução desde 2021 com o uso de recursos tecnológicos agrupados em plataforma de Ensino à Distância (EaD) e de transmissão ao vivo.

Os módulos dessa ação popular, em 2021, foram desenvolvidos e executados por mestrados do PPGDR/UFT do Tocantins, Brasil, sob orientação do coordenador do projeto e colaboradores, autores deste estudo.

Em relação ao método comparativo, pretende-se verificar a compatibilidade do processo de construção do “Curso Assessores Populares em ODS”, com o método de ensino aprendizagem do professor Paulo Freire, com vistas a potencializar a disseminação da extensão universitária como mecanismo para diminuir a distância entre a formalidade técnico-científica e o saber popular, rumo à participação democrática da população na implementação dos ODS a nível local e regional.

Resultados e discussão

Neste tópico, examina-se a conexão entre o processo de construção do curso “Assessores Populares em ODS”, proposta de extensão em andamento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT (PPGDR-UFT), cuja primeira experiência está sendo aplicada por mestrados do programa da disciplina Seminários Interdisciplinares em Desenvolvimento Regional I e II, com o Método de ensino aprendizagem desenvolvido pelo professor Paulo Freire, que proporciona a Educação como Prática da Liberdade (1967) e a Pedagogia da Autonomia (1969), destacando a compatibilidade entre essas práticas formativas.

Em que consiste o curso “Assessores Populares em ODS” e o método de Paulo Freire para a educação como prática libertadora e pedagogia da autonomia?

O Curso Assessores Populares em ODS é uma proposta de extensão universitária do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT), vinculada aos componentes curriculares Seminários Interdisciplinares em Desenvolvimento Regional I e II. Na aplicação destes componentes os acadêmicos são orientados e estimulados a pensar na Agenda 2030, para além da sala de aula. Neste sentido há pretensão de que os acúmulos de conhecimento produzidos pela aplicação do conteúdo destes componentes curriculares sejam produtos de estudos aprofundados sobre o tema e pela troca de experiências das próprias vivências

dos educandos e da sociedade.

Como pode ser observado há o interesse claro na aplicação dos componentes curriculares a vinculação a extensão universitária e por este motivo a ação tem como objetivo formar cidadãos multiplicadores com a finalidade de que eles contribuam na disseminação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em escala local e regional, e o intento de que a Agenda 2030 se torne uma realidade.

Nesse aspecto, o professor Paulo Freire (1967, p.104), ao defender a Educação com Prática da Liberdade, enfatiza que é preciso pensar no homem como sujeito da história. Assim, esclarece que a posição normal do homem é a de:

[...] não apenas estar no mundo, mas com ele. A de travar relações permanentes com este mundo, de que decorre pelos atos de criação e recriação, o acrescentamento que ele faz ao mundo natural, que não fez, representado na realidade cultural. E de que, nestas relações com a realidade e na realidade, trava o homem uma relação específica – de sujeito para objeto – de que resulta o conhecimento, que se expressa pela linguagem. Esta relação, como já ficou claro, é feita pelo homem, independentemente de se é ou não alfabetizado. Basta ser homem para realizá-la. Basta ser homem para ser capaz de captar os dados da realidade. Para ser capaz de saber, ainda que seja este saber meramente opinativo. Daí que não haja ignorância absoluta, nem sabedoria absoluta.

Assim, o papel do educador numa educação como prática libertadora fundamenta-se no diálogo criativo com o educando sobre situações concretas, oferecendo-lhe, simplesmente, os instrumentos que lhe permitam estar no mundo como sujeito. O conhecimento não se transmite de cima para baixo, como uma doação ou uma imposição, mas de dentro para fora, pelo próprio educando, com a colaboração do educador (FREIRE, 1967, p. 10).

As tarefas precípuas da prática educativo-progressista e por que não dizer das práticas formadoras da comunidade envolvem o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil e inquieta num ambiente de confiança, de escuta e de respeito aos saberes necessários de todos aqueles que estão a dialogar. “Curiosidade com que podemos nos defender de ‘irracionalismos’ decorrentes ou produzidos por certo excesso de ‘racionalidade’ de nosso tempo altamente tecnologizado” e com um poder midiático, muitas vezes, a serviço do poder econômico neoliberal (FREIRE, 1996, p.15).

No caso, o curso de Assessores Populares em ODS tem estreita conexão com a proposta defendida por Freire (1967) por consistir num instrumento por meio do qual educando e educador trabalham juntos a partir da vivência desse grupo, respeitando o processo de escuta e do diálogo criativo, que oportunizam a descoberta de novos saberes para a solução dos problemas locais, em especial que despertem a consciência dos educandos e da sociedade à participação social rumo à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a nível local e regional.

Quais os procedimentos adotados pelo curso “Assessores Populares em ODS” e pelo método de Paulo Freire aplicado na alfabetização de adultos?

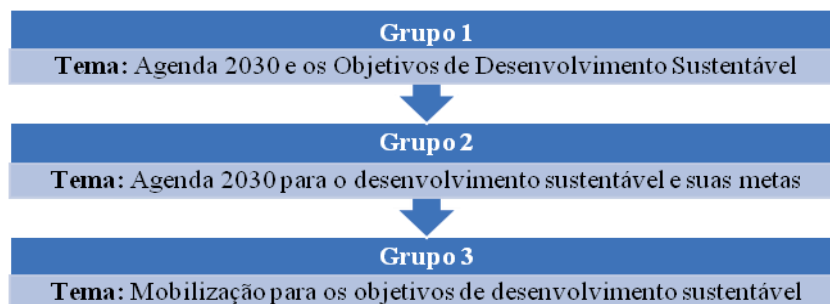
Em relação aos procedimentos adotados para o desenvolvimento das atividades do curso de Assessores Populares em ODS, evidentemente ocorreu um preparo anterior para os acadêmicos responsáveis por ministrar o Curso. E, neste sentido, eles passaram por aulas expositivas dialogadas e foram submetidos a uma revisão bibliográfica, que os habilitassem a executar integralmente esta proposta. Para além disso, participaram de palestras e de diálogos com especialistas, por meio de atividades específicas de qualificação, como aprofundamento sobre a Nova Agenda Urbana (NAU), a promoção de diálogo sobre experiências de implantação dos ODS em municípios brasileiros, a compreensão do papel da Organização das Nações Unidas/Brasil (2015) no estímulo e no apoio à

implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, entre outros assuntos abordados de conexão clara com a preparação necessária para que este grupo de acadêmicos tivessem segurança e pudessem ministrar as aulas do Curso com qualidade.

Outrossim, agregando-se ao conjunto de atividades de qualificação citadas, a turma foi orientada a proceder leituras atuais e a participar de reuniões de trabalho semanais, de seminários e de oficinas temáticas.

Estas atividades preparatórias possibilitaram, por indicadores avaliativos, habilitar a turma para a efetivação da ação de ministrar as aulas do Curso. E, para tanto, dividiu-se a turma em três grupos, por temas, com a missão de elaborar o projeto pedagógico e montar a estrutura do Curso (Fig. 1).

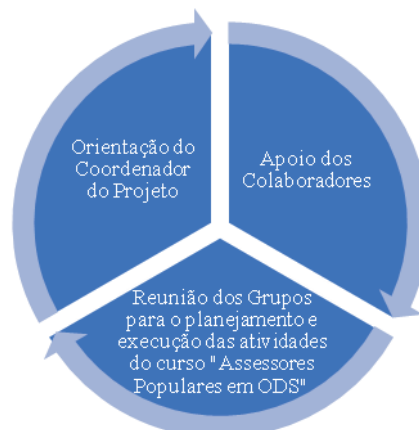
Figura 1. Divisão dos grupos e temas



Fonte: PPC/PPGDR (2021).

A partir dessa sistematização de grupos e temas, iniciou-se o exercício de ouvir e tentar entender as demandas locais para a construção de uma proposta pedagógica adequada a realidade local, no sentido tanto da percepção da inclusão de demandas como para tradução da linguagem apropriada para o diálogo comunitário. Neste aspecto foi importante a coleta de materiais, a produção de vídeos específicos e a busca de outras mídias complementares para o apoio didático. No processo de construção com a participação de todo o grupo envolvido no Projeto ficou estabelecido um fluxo de atividades e acompanhamento, seguido de monitoramento para análise da fase e a verificação do atendimento do padrão de qualidade pré-estabelecido, o fluxo dos agentes envolvidos seguiu o formato especificado na Figura 2.

Figura 2. Fluxograma das atividades práticas do Curso



Fonte: Criação dos autores (2021).

Foi possível com este estudo realizar observações empíricas iniciais das atividades desenvolvidas pelos acadêmicos e afirmar que este formato de proposta coletiva e participativa

despertou no grupo o espírito de liderança, a colaboração mútua, o sentimento de pertencimento à proposta acadêmica ampla e principalmente o interesse de trabalhar em equipe. Estes fenômenos indicados se conectam ao meio da interação dialógica desenvolvida entre os participantes do Curso.

Desse modo, detectou-se que, na construção dos três módulos do Curso, os acadêmicos interagiram com membros da comunidade com a finalidade de tentar compreender as suas demandas locais. A riqueza da interação está especialmente no tratamento da coleta das informações e demandas, para além disso, traduziu-se em momento de se adequar a linguagem para melhorar a atividade de ministração das aulas.

Com isso, a construção estrutural do Curso, com o estabelecimento do diálogo com a comunidade e contribuição popular, possibilitou extrair colaborações importantes para enriquecer a proposta pedagógica a partir de ementas qualificadas e conteúdo aplicado (Quadros 1, 2 e 3).

A esse respeito, importante ressaltar a similitude do procedimento adotado no curso Assessoria Popular em ODS com o Método desenvolvido pelo professor Paulo Freire (1967, p.111-119), aplicado na alfabetização de adultos, cujo processo perpassa pelas seguintes fases de elaboração, a saber:

- a) 1ª fase – “Levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se trabalhará” (FREIRE, 1967, p.111). Esse levantamento é feito por meio de encontros informais com os moradores locais em que, pela escuta e pelos diálogos dos grupos, é possível identificar não só os vocábulos ligados às experiências vividas pela comunidade, mas também os problemas locais que precisam de soluções. Por meio dessa fase dialógica torna-se possível identificar as palavras e/ou temas de interesse dos educandos;
- b) 2ª fase - “Escolha das palavras selecionadas do universo vocabular pesquisado” (FREIRE, 1967, p.113). As inúmeras contribuições dos grupos resultam num instrumental eficiente para o educador planejar sua ação, e as palavras geradoras das práticas formativas devem sair destes levantamentos;
- c) 3ª fase - “A terceira fase consiste na criação de situações existenciais típicas do grupo com quem se vai trabalhar” (FREIRE, 1967, p.113). Nesta fase, os grupos discutem os temas (vocábulos) que impactam mais o seu dia a dia. As situações-problema serão decodificadas pelos grupos com apoio do educador, processo que, além de despertar a conscientização cidadã, concomitantemente ocorre a alfabetização dos educandos a partir das palavras retiradas das falas dos grupos. A educação como prática da liberdade deve focar na vivência do educando. No caso, ao trabalhar conteúdos e debater os problemas que fazem parte da realidade vivida pelo grupo elaboram-se estratégias que auxiliam no despertar dos educandos ao aprendizado;
- d) 4ª fase – “A quarta fase consiste na elaboração de fichas-roteiro, que auxiliem os coordenadores de debate no seu trabalho. [...] devem ser simples subsídios para os coordenadores, jamais uma prescrição rígida [...]”. (FREIRE, 1967, p.114); e
- e) 5ª fase - “A quinta fase é a feitura de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores” (FREIRE, 1967, p.114).

Atualmente, com as novas tecnologias, existem vários recursos que podem auxiliar o conhecimento e potencializar a construção de novos mecanismos de aprendizagem. Assim, os educadores e educandos devem ficar atentos aos novos recursos tecnológicos que podem otimizar a construção do conhecimento para a liberdade.

Nesse perfilar, Freire (1996), ao tratar da “educação como prática da liberdade” (1967), também apontou caminhos para “pedagogia da autonomia” (1969), a qual deve se consubstanciar

em práticas que ajudem o educando a se criar e a se recriar. No caso, advertiu que o ato de “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou sua construção” (FREIRE, 1996, p.12).

Dessa maneira, adverte Freire (1996, p.18-34) que o ato de ensinar deve respeitar também alguns eixos pontuais do processo pedagógico da autonomia, como:

- a) o processo de formação comunitária deve ocorrer com a máxima proximidade de rigorosa formação ética e estética. Para Freire (1996), transformar a experiência em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo, seu caráter formador, por isso defende que o ato de ensinar exige estética e ética;
- b) ensinar exige a corporificação das palavras pelo exemplo – “Pensar certo é fazer certo” (FREIRE, 1996, p. 9). Significa que as palavras não se transformam por sua externalização, mas por meio de sua ação. Praticar comportamentos de valorização ao próximo, respeitar opiniões contrárias e saber conviver com as diferenças exige risco, aceitação do novo e rejeição de qualquer forma de discriminação, principalmente de raça, classe e de gênero, que ofenda a dignidade do ser humano. “O pensar certo por isso é dialógico, não polêmico” (FREIRE, 1996, p.19);
- c) “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação” (FREIRE, 1996, p.19);
- d) ensinar exige reflexão crítica sobre a prática, o reconhecimento e a assunção da identidade cultural, pois uma justiça democrática de proximidade não se faz distante da reflexão crítica dos saberes e experiências vividas pelos grupos sociais. Quanto mais o ser-sujeito se percebe e busca compreender-se como ser, mais se torna capaz de mudar, de se promover. No caso, o estado de curiosidade ingênua passa para o de curiosidade epistemológica. Esse reconhecimento propicia condição para o convívio com o outro, possibilita a assunção da identidade cultural, que o eleva a se assumir como ser social, político e histórico, como ser pensante, comunicante e responsável pelo futuro de sua comunidade, de seu país e do seu planeta;
- e) ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando e bom senso – “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético, não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 1996, p.22). Nesse sentido, o sujeito pensante e atuante deve respeitar a autonomia, a dignidade e a identidade do outro. E saber que essa postura o levará inapelavelmente à criação de outras boas práticas, sem as quais aquele saber vira inautêntico, palavreado vazio e inoperante; e
- f) ensinar exige humildade, tolerância, apreensão da realidade, convicção de que a mudança é possível e de que a luta em defesa dos direitos humanos é construída com a colaboração de todos. A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas, sobretudo, para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a para melhorar o convívio, a vida e o meio ambiente saudável para a presente e as futuras gerações.

Com isso, o diálogo em que se vai desafiando o grupo comunitário a pensar sua história social, como a experiência igualmente social de seus membros, vai revelando a necessidade de superar certos saberes, às vezes equivocados, como, por exemplo, aqueles que lhes são ideologicamente inculcados para que se culpem de seu próprio sofrimento ou destino. Pessoas que assim vivem, sem enxergar além do que está por trás das falsas ideologias midiáticas e neoliberais, reproduzem

as perversidades do sistema social, econômico e político em que estão inseridas, o que perpetua o poder sistêmico que viola sua dignidade (FREIRE, 1996, p.32-41).

Uma das lições do Patrono da Educação brasileira que merece destaque se refere ao direito de escuta dos saberes comunitários do povo simples das periferias, visando a possibilitar uma revolução democrática da sociedade. Neste sentido, afirmou que:

[...] se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a ferir com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro fala com ele. Mesmo que, em certas condições, precise falar a ele (FREIRE, 1996, p.58).

A educação como prática da liberdade e a pedagogia da autonomia constituem processos que devem considerar as vivências do educando de forma que ele vá se descobrindo como sujeito e que seja capaz de se libertar de qualquer ação hegemônica tendente ao seu aprisionamento. Portanto, as práticas pedagógicas precisam respeitar a autonomia dos educandos. A educação como um processo de aprendizagem envolve comunhão, troca de saberes, pois “[...] ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p.33).

Esse processo dialógico também é defendido por Habermas (2012) que, na sua teoria da ação comunicativa, defende o discurso democrático como meio de estabelecer um consenso criativo direcionado ao bem comum.

Com isso, ao examinar o processo de desenvolvimento do curso de Assessores Populares em ODS e as fases do Método de alfabetização criado por Paulo Freire, foi possível constatar que ambos se projetam na mesma direção, qual seja, uma “educação como prática da liberdade”. Uma educação voltada para o despertar da consciência cidadã com foco nas vivências dos educandos, de forma que a partir da consciência sobre a realidade vivida ou do mundo a sua volta, seja capaz de pensar o seu papel como sujeito de intervir e apresentar soluções viáveis a uma vida com mais dignidade.

Breves reflexões a respeito das execuções do curso “Assessores Populares em ODS” e das práticas formativas à luz da experiência de Paulo Freire

Apropriando-se do procedimento e da sistematização aplicada, os acadêmicos incluíram, no conteúdo dos módulos do referido curso, as entrevistas realizadas com lideranças locais, pequenos registros documentários, vídeos temáticos e momentos lúdicos com a participação de cantores e poetas regionais, que propõem narrativas sobre a história da comunidade e suas práticas sociais, culturais, econômicas, fortalecendo o papel dos cidadãos no cuidado com o meio ambiente.

Esta construção coletiva resultou na conexão entre as demandas locais e a visão de ações e mecanismos voltados para a compreensão da necessidade de disseminar a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Foi possível, neste contexto, construir uma proposta pedagógica e estruturar conteúdo alinhado aos interesses locais e regionais (Quadros 1, 2 e 3).

No Quadro 1, os ministrantes se preocuparam com a transmissão de informações claras e objetivas que facilitassem a compreensão dos atores sociais sobre o processo histórico que culminou com a criação da ONU, os motivos da criação dos oito Objetivos do Milênio e da Agenda 2030, os cinco eixos de atuação da agenda (pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria), os princípios da agenda e a responsabilidade de todas as pessoas na construção de um planeta mais sustentável.

Quadro 1. Estrutura do MÓDULO I

AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
OBJETIVO: Apresentar as noções preliminares a respeito da Agenda 2030
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Preâmbulo do Documento (Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável). Criação na ONU e o motivo da criação da Agenda 2030. A ideia de que estipular metas ajuda a chegar nos objetivos. Objetivos do Milênio e Agenda 2030. Eixos da agenda: social, ambiental e econômico. 5 P's da Sustentabilidade: Pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. Brasil e os Objetivos do Milênio. Territorialização e localização da agenda: global, nacional, estadual e municipal. Princípios da Agenda: universalidade e trazer o lema como encerramento "não deixar ninguém pra trás".

Fonte: PPGDR/UFT (2021, p.12-13).

Já no Quadro 2, os ministrantes trataram sobre as noções básicas dos 17 ODS e das 169 Metas e a necessidade da institucionalização da Agenda 2030 nos planos estratégicos e/ou planejamentos das instituições públicas e privadas com o propósito da implementação dos ODS a nível local e regional, mediante a escuta e a participação democrática da população.

Quadro 2. Estrutura do MÓDULO II

AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS METAS
OBJETIVO: Apresentar noções básicas sobre os ODS e das Metas em sustentabilidade
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Definição de Desenvolvimento Sustentável no contexto local. Definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas. Definição de metas finalísticas e metas de implantação. A participação da sociedade civil no processo de negociação da nova Agenda de desenvolvimento sustentável. Os responsáveis pela implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Harmonização dos três elementos centrais da Agenda 2030: crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente. Os tratados, acordos e leis que vinculam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os mecanismos de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o planejamento local.

Fonte: PPGDR/UFT (2021, p.13-14).

No Quadro 3, os ministrantes apresentaram alguns exemplos de ações locais sustentáveis que estão em andamento em alguns municípios brasileiros, especialmente no Estado do Tocantins.

Dessa forma, foi possível constatar que a formação na qual o conhecimento teórico vem acompanhado de ações concretas com a participação dos educandos e educandas otimizam o processo aprendizagem dialógica.

Quadro 3. Estrutura do MÓDULO III

<p>MOBILIZAÇÃO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</p> <p>OBJETIVO: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</p> <p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:</p> <p>Mobilização de recursos e compromissos. Papel da mobilização social e os projetos de reforço ao atendimento da Agenda 2030. Identificação de atores locais colaboradores para a implantação da Agenda 2030. Entendendo os mecanismos para contribuir e dar efetividade a implantação da Agenda 2030. Práticas desenvolvidas por outros projetos que possam contribuir para a efetivação dos ODS a nível local e regional.</p>

Fonte: PPGDR/UFT (2021, p.14).

Por fim, neste tópico, buscou examinar o processo de desenvolvimento dessa prática extensiva, especialmente a elaboração do Plano Pedagógico pelos mestrands (PPGDR/UFT, 2021), que ao fazê-lo, foi possível evidenciar a evolução do aprendizado dos acadêmicos sobre o Plano Global de Sustentabilidade (Agenda 2030).

Essa construção, conforme relatado anteriormente, aconteceu com a participação da comunidade durante as fases de atividades de elaboração da proposta pedagógica, computando-se ao contexto que os acadêmicos ouviram também, a esfera pública, sobre as suas atividades cotidianas, incorporou ao contexto os sonhos traduzidos em expectativas para o futuro projetado para 2030, os desafios para discutir a temática no momento de turbulência política, econômica e sanitária, enfim, a tradução de desejos de um mundo melhor, com oportunidades iguais para todos e todas.

Como resultado, destaca-se que o Curso Assessores Populares em ODS está atingindo o seu objetivo de compreender a extensão universitária como protagonista, um meio de levar aos estudantes universitários a autonomia e responsabilidade social, traduzidas na intervenção comunitária real, tanto na construção da proposta como na sua aplicabilidade prática.

No mesmo sentido, estas análises empíricas preliminares revelam que os acadêmicos estão entusiasmados com a proposta. No caso, já conseguiram compreender a importância da extensão universitária para estimular a participação democrática da sociedade e que as práticas dialógicas podem permitir conexões dos saberes comunitários e científicos rumo ao desenvolvimento sustentável.

Nas lições de Paulo Freire, na execução prática, projetada a situação tendo como referência os saberes locais contextualizados, o educando vai “apropriando-se crítica e não memorizadamente – o que não seria uma apropriação – deste mecanismo, começando a produzir por si mesmo o seu sistema de sinais gráficos” e, daí por diante, a criação dos primeiros textos, discutindo a sua significação em face da realidade em que vive (FREIRE, 1967, p.115).

Ademais, a educação, para que não seja puramente mecânica e memorizada, há de se fazer por meio da conscientização para que se libertem das práticas hegemônicas que os aprisionam. “Daí, à medida que um método ativo ajude o homem a se conscientizar em torno de sua problemática, em torno de sua condição de pessoa, por isso, de sujeito, se instrumentalizará para as suas opções. Aí, então, ele mesmo se politizará” (FREIRE, 1967, p.119).

A educação como prática da liberdade convida a universidade também a assumir esse protagonismo na intermediação do diálogo construtivo com os educandos de forma contextualizada.

À luz dos ensinamentos de Freire, constata-se que o projeto “Assessores Populares em ODS” caminha alinhado à educação como prática da liberdade e à pedagogia como processo da autonomia, principalmente ao despertar a consciência cidadã do educando para a participação social e política, enaltecendo o cuidado para com o próximo, estimulando o aprendizado pela participação na vida coletiva, especialmente permitindo que esses jovens sejam sujeitos de sua história e passem a auxiliar na gestão pública do seu município para o desenvolvimento sustentável.

Na mesma lógica, a prática extensiva da UFT, em parceria com a UEMA e a Rede ODS Brasil, com o apoio institucional do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), ao projetar o curso de Assessores Populares em ODS a partir da coleta de demandas comunitárias, possibilitou a adequação da linguagem e do conteúdo em conformidade com as experiências locais.

Com isso, a realização dessa prática formativa está em perfeita sintonia com as lições de Freire (FREIRE, 1967, 1996), que enfatiza a necessidade do ato de ensinar tendo como referência saberes socialmente construídos nas relações práticas e comunitárias.

Os espaços urbanos são espaços sociais e devem ser planejados, levando em consideração as necessidades locais. Todos devem ter direito a uma cidade com espaços urbanos humanizados, acolhedores, acessíveis a todos e a todas. Sendo assim, não há lugar para a democracia sem participação social no processo de desenvolvimento da sociedade.

Nesse aspecto, a prática extensiva da UFT configura-se como uma alternativa para fomentar alianças entre a universidade, os estudantes, a comunidade e os agentes públicos para dialogar e escolher a melhor proposta para a solução dos problemas urbanos locais, rumo à sustentabilidade.

Para tanto, João Bazzoli (2017, p.47) esclarece que:

As instituições de ensino superior (IES) têm papel fundamental no comprometimento institucional: provocar a transformação social no meio em que estão inseridas. Para isso, é necessário aproximar a produção acadêmica e a transmissão do conhecimento, de forma que consiga atingir seus destinatários (a comunidade onde esteja inserida). Entretanto, as IES precisam corrigir a assimétrica e desigual apropriação desse conhecimento, ainda em mãos de poucos, para, ao menos, tentar se aproximar desse objetivo. Nesse sentido, vemos a disseminação da extensão universitária como mecanismo para diminuir essa distância e, em razão das suas ações, oportunizar a inclusão comunitária, bem como criar vias para o efetivo empoderamento cidadão.

Com isso, as instituições de ensino superior podem integrar os ODS aos currículos e fornecer aos alunos conhecimentos e habilidades para sua efetivação bem como estabelecer programas educacionais que enfatizem a aprendizagem interdisciplinar e transdisciplinar para resolver os desafios cada vez mais complexos que o mundo enfrenta, a exemplo dos impactos da pandemia da COVID-19, que têm reforçado a pobreza, a fome e causado retrocessos na implementação dos ODS.

As universidades, portanto, podem mapear, rastrear, documentar, desenvolver competências e conduzir pesquisas que oportunizem a participação social rumo ao desenvolvimento sustentável da presente geração, sem causar prejuízos às futuras gerações (EL-JARDALI; ATAYA; FADLALLAH, 2018; NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2011).

O curso “Assessores Populares em ODS”, nesse aspecto, apresenta-se como uma alternativa que estimula a própria *práxis*, não podendo o aprendizado teórico ficar desconectado dos processos práticos, ou seja, das vivências locais.

Nas lições de Bazzoli (2019, p.144), é necessário compreender que:

[..] a Agenda 2030, abrangente e desafiadora, reúne ao menos três atores-chave no processo de implantação cuja ação e cooperação se revelam determinantes para sua efetividade: sociedade civil, setor privado e governos locais. Essa iniciativa global busca engajar e conscientizar atores-chave da sociedade a respeito de seu papel e dos esforços necessários para cumpri-la no país e somente será bem-sucedida se houver diálogos e esforços conjuntos.

Por fim, a ação extensiva da Universidade Federal do Tocantins, ora em análise, apresenta-se como uma modalidade de prática formativa em consonância com o método de ensino aprendizagem protagonizado pelo professor Paulo Freire em que a educação deve funcionar como um instrumento que proporciona liberdade e autonomia ao educando, tornando-o capaz de atuar

como sujeito livre, consciente e protagonista da sua história.

Segundo Morin (2001, p. 47-61), o século XXI recomenda mudanças no cenário educacional, ou seja, a educação terá necessidade de se reinventar pensando no homem do futuro (universal, globalizado e hiperativo), ser capaz de modificar o processo de ensino-aprendizagem e ter enfoque no ensino da condição humana, movido pela razão, afetividade e emoção.

A formação dos jovens estudantes deve perpassar pelo conhecimento teórico e prático e que esse percurso ocorra por experiências vividas na comunidade, experimentando as mudanças e projetando sugestões para a melhoria dos serviços públicos locais. É neste contexto que o “cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação à sua pátria. O que supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional” (MORIN, 2003, p.63).

Portanto, para se tornar sujeito de direitos implica no respeito aos saberes e fazeres pela incorporação das experiências vividas em tempos e espaços diferentes, sendo possível pensar na concretização dos princípios da solidariedade e da responsabilidade, da pluralidade e da participação democrática, como vias para o futuro da humanidade (MORIN, 2011, 2013).

Por fim, em outra oportunidade, o intuito será analisar o resultado dessa ação em relação ao público externo que terá acesso a essa prática formativa por meio de sua execução prevista para ocorrer nos meses de outubro e novembro deste ano de 2021.

Considerações Finais

O presente estudo, ao analisar as atividades de planejamento, discussão e construção do curso de “Assessores Populares em ODS” pelos mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, atividade inserida nas disciplinas Seminários Interdisciplinares em Desenvolvimento Regional I e Seminário II, constatou a importância do papel da extensão universitária como ferramenta efetiva na aceleração da implementação da Agenda 2030.

Trabalhar o conhecimento teórico de mãos dadas com o contexto prático torna-se um instrumento eficaz para o despertar da consciência cidadã dos educandos e da sociedade rumo à participação social para a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável a nível local e regional.

O Estudo comparativo da prática extensiva da UFT com o método de ensino aprendizagem desenvolvido por Paulo Freire para a alfabetização de adultos revelou que o curso “Assessores Populares em ODS” está em perfeita harmonia com as propostas do patrono da educação brasileira, por constituir, a partir da educação libertadora e da pedagogia da autonomia, alternativa que estimula o despertar da consciência cidadã de mestrandos para a participação social visando à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Acredita-se que a promoção dessa prática formativa sobre a Agenda 2030 provoque nos atores sociais reflexões sobre as metas globais, contribuindo diretamente para as discussões e a elaboração de propostas que possam solucionar os problemas urbanos locais.

O resultado desta análise evidenciou o papel da extensão universitária como ferramenta efetiva na aceleração da implementação da Agenda 2030, tornando-se um instrumento participativo para a inserção da academia neste processo formativo, experimentando uma disseminação ampla do tema (ODS), com a formação de agentes multiplicadores.

Nesse sentido, a premissa preliminar foi confirmada, e a prática de extensão universitária da Universidade Federal do Tocantins, denominada “Assessores Populares em ODS”, representa um modelo de prática formativa na dimensão proposta pelo professor Paulo Freire, que propicia educação libertadora e pedagogia da autonomia tendo como base a escuta, o diálogo e as vivências locais dos educandos, permitindo-lhes atuar como multiplicadores na disseminação de mecanismos para a implantação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Referências

BAZZOLI, João Aparecido. “Nós propomos”: multiplicidade de atores e diversidade na educação cidadã. In: BAZZOLI, João Aparecido; NUNES, Sérgio Claudino; COSTA E SILVA, Maria da Vitoria; VIANA, Sandra Franklin Rocha; SILVA, Wainesten Camargo (Orgs.). **A Extensão Universitária como indutora à cidadania: a experiência do “Nós Propomos”**. Palmas – TO:EDUFT, 2017.

BAZZOLI, João Aparecido. (**Palmas em foco: contradições de uma cidade planejada**. Palmas: EDUFT, 2019.

EL-JARDALI, F.; ATAYA, N.; FADLALLAH, R. Changing roles of universities in the era of SDGs: rising up to the global challenge through institutionalising partnerships with governments and communities. **Health Res Policy Sys**, v.16, n.38, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12961-018-0318-9>. Disponível em: <https://health-policy-systems.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12961-018-0318-9>. Acesso em 28 set. 2022.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Papel da Educação na Humanização**. Série Artigos, 6p. 1969. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1127>. Acesso em: 28 set. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo, 1: racionalidade da ação e racionalização social**. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

IONESCO, Eugène. **O rinoceronte**. Coleção 50 anos. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva & Jeanne Sawaya. 4. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF:UNESCO, 2001.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina, 8.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. **ONU: próximos 18 meses são cruciais nos esforços globais para reverter os impactos da pandemia | As Nações Unidas no Brasil**. [S./], 2011. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/134651-onu-proximos-18-meses-sao-cruciais-nos-esforcos-globais-para-reverter-os-impactos-da>. Acesso em: 28 set. 2022.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S./], 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel> Acesso em: 22 jul. 2021.

PPGDR/UFT (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade Federal do Tocantins). Curso Assessores Populares em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). In: BAZZOLI, J. A. (coord.). **Plano Pedagógico**. Rede ODS, Brasil. [S./], 2021.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 1947. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Recebido em 22 de março de 2023.

Aceito em 25 de abril de 2023.